



Prefeitura Municipal de Albertina

ESTADO DE MINAS GERAIS - CEP 37.596-000 - CNPJ 17.912.015/0001-29
Rua Luiz Opúsculo, nº 290, Centro - TELEFAX (35) 3446-1300

www.albertina.mg.gov.br



MEMORANDO INTERNO

De: Pregoeira

Para: Comissão de Contratação

Assunto: Encaminhamento (faz)

Data: 08/01/2025

Prezada Comissão de contratação,

Venho, pelo presente, encaminhar aos cuidados desta Comissão de contratação os autos do procedimento licitatório nº 086/2024, modalidade Pregão Presencial nº 039/2024, para decisão acerca do recurso hierárquico apresentado pela empresa PAVFRAN USINAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA, na forma da Lei nº 14.133/2021.

Sendo o que cumpria para o momento, subscrevo-me.

Atenciosamente,

REGIANE MIANTI DE Assinado de forma digital por
REGIANE MIANTI DE
LIMA:03048319646
Dados: 2025.01.09 09:33:50 -03'00'

Regiane Mianti de Lima

Pregoeira

Ao

Exmo. Sr.

Felipe Teodoro Sanches

DD. Prefeito Municipal de Albertina

ALBERTINA – MG.



Prefeitura Municipal de Albertina

ESTADO DE MINAS GERAIS - CEP 37.596-000 - CNPJ 17.912.015/0001-29
Rua Luiz Opúsculo, nº 290, Centro - TELEFAX (35) 3446-1300

www.albertina.mg.gov.br



Processo Licitatório nº 086/2024
Pregão Presencial nº 039/2024
Registro de Preços nº 031/2024
Decisão da Comissão de Contratação

Cuida-se de recurso administrativo interposto pela empresa PAVFRAN USINAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA contra decisão da Pregoeira da Prefeitura Municipal de Albertina, MG, que, nos autos do certame licitatório em epígrafe, a desclassificou em razão da não apresentação da proposta para o Item 02 – Emulsão Asfáltica CBUQ, foi equivocada.

Segundo a recorrente:

- a) Afirma que a Resolução nº 933/2023 da ANP é restrita às empresas devidamente registradas junto à referida agência reguladora para a comercialização da emulsão asfáltica. Por essa razão, a recorrente estaria impedida de apresentar proposta para o referido item;
- b) Alega que o edital deveria ter incluído a exigência de apresentação do registro junto à ANP, considerando que se trata de um documento específico e indispensável para a comercialização do produto em questão;
- c) Aponta que a utilização do critério de julgamento pelo menor preço global é indevida, visto que os itens licitados são independentes entre si;
- d) Por fim, argumenta que é poder-dever dos agentes de contratação reverem os atos que contrariam a legislação aplicável.

É a síntese do processado.

A passasse ao exame do recurso, onde a Pregoeira encaminha a assessoria jurídica do município o pedido da recorrente e não houve contrarrazões da recorrida para à luz a decisão aos autos.

Antes de darmos prosseguimento à análise do pleito, cabe frisar que a licitação foi condicionada aos princípios básicos da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, eficiência, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, bem como aos princípios correlatos da razoabilidade, competitividade e proporcionalidade.

Primeiramente, iremos analisar a questão do Juízo de Admissibilidade do recurso. Para tanto, cabe frisar que para que a licitante tenha direito de apresentar um recurso contra o resultado do pregão ela precisa, obrigatoriamente, manifestar e justificar, o interesse de recorrer, como determina a Lei 14.133/2021, que trata das licitações, dispõe sobre a manifestação de intenção de recurso no artigo 165, inciso I, alínea "c" e § 1º, inciso I, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

Verifica-se, desta forma, que em relação a manifestação do licitante inconformado, a pregoeira pode aceitar, ou não, a intenção de recorrer, porém a rejeição só é permitida em função da falta de cumprimento das formalidades necessárias para ter direito ao recurso, que são: a sucumbência, a legitimidade, a tempestividade, o interesse e a motivação.



Prefeitura Municipal de Albertina

ESTADO DE MINAS GERAIS - CEP 37.596-000 - CNPJ 17.912.015/0001-29
Rua Luiz Opúsculo, nº 290, Centro - TELEFAX (35) 3446-1300

www.albertina.mg.gov.br



Neste ponto, cabe ressaltar que a Recorrente, tempestivamente, intencionou recorrer da decisão do pregoeiro, com o seguinte motivo postado no e-mail licita@albertina.mg.gov.br conforme anexo aos autos.

Neste sentido esta Pregoeira se viu a necessidade de consultar a assessoria jurídica do município que encaminhou o parecer, onde fundamentou em manter a decisão proferida pela Pregoeira, para a desclassificação da referida empresa.

insta salientar que a licitação se caracteriza por ser um procedimento administrativo formal onde a Administração Pública convoca, mediante condições estabelecidas em ato próprio (edital), empresas interessadas na apresentação de propostas para o oferecimento de bens ou serviços e julga os processos licitatórios observando sempre o critério objetivo indicado no próprio instrumento licitatório.

Ainda o Art. 59 da lei 14133/2021 diz, Serão desclassificadas as propostas que:

- I - contiverem vícios insanáveis;
- II - não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- (...)
- V - apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

DA DECISÃO

Assim, ante o acima exposto esta Comissão de Contratação, DECIDEM:

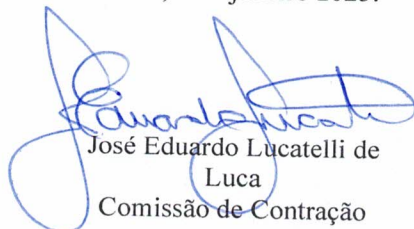
1) Desta forma, CONHECER as razões recursais apresentadas pela empresa PAVFRAN USINAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA, porém para no mérito NEGAR-LHE PROVIMENTO julgando seu pedido IMPROCEDENTE.

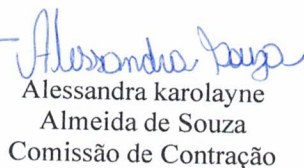
2) CONHECER que não houve contrarrazões recursais apresentada pelas empresas participantes, assim ao mérito DOU-LHE PROVIMENTO, mantendo a decisão anteriormente proferida pela Pregoeira, confirmando a DESCLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA da empresa PAVFRAN USINAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA para este certame.

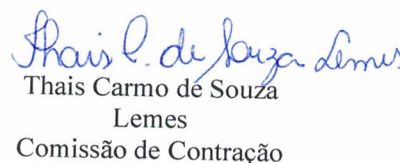
3) Por fim, em atenção do art. 165 §2º da Lei nº 14.133/2021, encaminha-se os autos à Autoridade Superior para análise, ciência dos termos dessa decisão e posterior deliberação do Recurso Administrativo em pauta.

4) Comunique-se as empresas interessadas o resultado do julgamento do recurso impetrado após a decisão da Autoridade Superior.

Albertina, 8 de janeiro 2025.


José Eduardo Lucatelli de
Luca
Comissão de Contratação


Alessandra karolayne
Almeida de Souza
Comissão de Contratação


Thais Carmo de Souza
Lemes
Comissão de Contratação



Prefeitura Municipal de Albertina

ESTADO DE MINAS GERAIS - CEP 37.596-000 - CNPJ 17.912.015/0001-29
Rua Luiz Opúsculo, nº 290, Centro - TELEFAX (35) 3446-1300

www.albertina.mg.gov.br



Processo Licitatório nº 086/2024

Pregão Presencial nº 039/2024

Decisão do Prefeito Municipal

Trata-se de recurso administrativo interposto pela empresa PAVFRAN USINAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA devidamente qualificada na peça inicial, em face do resultado da licitação em epígrafe, com fundamento na inobservância do edital, da Lei nº 14.133/2021.

A Comissão de Contratação, avaliando o recurso ofertado, entendeu por julgá-lo procedente e, diante de tal decisão, remeteu o presente processo ao Gabinete do Prefeito a autoridade superior para análise e decisão, com fulcro no art 165 §2º da Lei nº 14.133/2021.

DAS ALEGAÇÕES DA RECORRENTE

a) Afirma que a Resolução nº 933/2023 da ANP é restrita às empresas devidamente registradas junto à referida agência reguladora para a comercialização da emulsão asfáltica. Por essa razão, a recorrente estaria impedida de apresentar proposta para o referido item;

b) Alega que o edital deveria ter incluído a exigência de apresentação do registro junto à ANP, considerando que se trata de um documento específico e indispensável para a comercialização do produto em questão;

c) Aponta que a utilização do critério de julgamento pelo menor preço global é indevida, visto que os itens licitados são independentes entre si;

d) Por fim, argumenta que é poder-dever dos agentes de contratação reverem os atos que contrariam a legislação aplicável.

Não houve nenhuma intenção de contrarrazões, o que de forma certa e correta acarretou a DESCLASSIFICAÇÃO imediata pela Pregoeira do Município da PAVFRAN USINAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA.

É a síntese do processado.

DA ANÁLISE DO RECURSO

Sem preliminares a examinar, avança-se no mérito para demonstrar, a necessidade ou não de reforma da decisão da Pregoeira para dar provimento ao recurso da empresa PAVFRAN USINAGEM E PAVIMENTAÇÃO.

Ademais, a Pregoeira consultou a assessoria jurídica que também emitiu parecer em síntese:

Ante o exposto, à luz do ordenamento jurídico vigente, opina-se pelo não provimento do recurso administrativo interposto pela empresa PAVFRAN USINAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA, tendo em vista que o instrumento convocatório e a sessão pública respeitaram integralmente a Lei nº 14.133/2021. A desclassificação da recorrente ocorreu exclusivamente pelo não atendimento aos critérios estabelecidos no edital, razão pela qual deve ser mantida a decisão da comissão de contratação.



Prefeitura Municipal de Albertina

ESTADO DE MINAS GERAIS - CEP 37.596-000 - CNPJ 17.912.015/0001-29
Rua Luiz Opúsculo, nº 290, Centro - TELEFAX (35) 3446-1300

www.albertina.mg.gov.br



Na sequência, os autos foram remetidos à Comissão de Contratação para eventual exercício do juízo de retratação, em conformidade ao art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

Tendo a Comissão de Contratação mantendo a decisão anteriormente proferida de DESCLASSIFICAÇÃO da proposta da empresa PAVFRAN USINAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA.

Ao fio do exposto, conheço do recurso administrativo interposto pela empresa PAVFRAN USINAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA e, no mérito, nego-lhe provimento.

Intime-se., nos termos da fundamentação acima.

P.R.I.

Albertina, 8 de janeiro de 2025

Assinado de forma
digital por FELIPE
TEODORO
FELIPE TEODORO
SANCHES:40494339829 SANCHES:40494339829
Dados: 2025.01.08
09:06:08 -03'00'

Felipe Teodoro Sanches
Prefeito Municipal